

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS PARA OS MERCADOS INSTITUCIONAIS DE ALEGRE-ES

Caio César Soares Biancardi, Rafael Rodrigues, Haloycio Miguel de Siqueira

Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Ciências Agrárias, Alto Universitário, Centro, 29.500-000, Alegre, ES, caio.biancardi@hotmail.com, rafaeleafcol@hotmail.com, haloycio.siqueira@ufes.br

Resumo - Este trabalho apresenta os resultados da análise de viabilidade econômica da produção familiar de alimentos, inserida nos mercados institucionais (PAA e PNAE) e na feira livre de Alegre-ES, buscando contribuir no debate sobre os preços justos a serem pagos aos agricultores familiares. Por meio de entrevistas, abordou-se somente os agricultores que estavam inseridos em pelo menos dois dos mercados considerados, enfocando 15 alimentos: abóbora, agrião, alface, almeirão, banana prata, cebolinha, chuchu, couve, inhame, jiló, mandioca, palmito, quiabo, taioba e tomate. O custo operacional de produção e comercialização, a renda líquida operacional e o índice benefício/custo operacional foram os indicadores econômicos considerados. Verificou-se que alface, banana prata, cebolinha, couve e tomate foram os alimentos que apresentaram renda positiva nos três mercados enfocados, sendo que os maiores índices benefício/custo foram alcançados pela cebolinha, no PNAE, e pela couve, no PAA. No extremo oposto ficaram a abóbora e o almeirão. A inserção dos agricultores familiares no PNAE foi, na maioria das vezes, a mais vantajosa, ao contrário do PAA, visto que 8/15 alimentos tiveram inviabilidade econômica no mesmo.

Palavras-chave: Agricultura familiar, mercados institucionais, viabilidade econômica.

Área do Conhecimento: Ciências Agrárias

Introdução

A agricultura familiar vem assumindo posição de destaque na sociedade brasileira, nos últimos 16 anos, em função do apoio recebido através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Alimentação Escolar (PNAE), dos estudos acadêmicos que deram maior visibilidade de sua importância e também pela conscientização da população quanto aos perigos dos agrotóxicos, cujo uso está mais associado à agricultura patronal.

França, Del Grossi e Marques (2009), tendo como base o Censo Agropecuário de 2006, verificaram que de cada dez pessoas que trabalham no campo, sete estavam na agricultura familiar, gerando R\$ 677,00/ha/ano, quase o dobro do que foi gerado no modelo patronal, produzindo a maior parte da alimentação básica dos brasileiros. Dessa forma, a agricultura familiar vem se consolidando como uma boa opção para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista que dispõe de uma área bem menor para cultivo (24,3% do total da área agrícola), em relação ao modelo patronal, e mesmo assim contribui muito para a geração de emprego e renda no campo, bem como para a segurança alimentar da nação.

Vários autores já abordaram a questão do acesso a mercados como um dos fatores que afetam a sustentabilidade dos agricultores familiares. Maluf (2004), por exemplo, relata que a agricultura familiar mantém dois tipos de vínculos com os mercados, que podem ser simultâneos, a saber: a) com cadeias integradas nacional e internacionalmente, englobando as cooperativas de grande porte, as corporações agroindustriais, a indústria alimentar, os agentes de intermediação mercantil e as redes de supermercados; b) com circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos. Esse autor defende que por meio dos circuitos regionais configura-se um padrão de desenvolvimento socioeconômico mais equitativo.

Entretanto, não é costume dos agricultores familiares fazerem o controle dos custos de produção, o que dificulta a verificação da viabilidade econômica dos seus produtos, frente aos mercados acessados. Essa situação se agrava ainda mais para os agricultores inseridos nos programas PAA e PNAE¹, visto que os preços

¹O PAA foi lançado em 2003 pela Lei nº 10.696/2003 (art.19), como uma nova estratégia do Governo Federal para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil, também fortalecendo a agricultura familiar. Em Alegre, opera-se na modalidade da compra direta dos agricultores para a doação simultânea a entidades assistenciais (ex.: hospital público e abrigos de



praticados são pré-fixados durante a vigência do contrato firmado com o poder público, os quais nem sempre cobrem os custos de produção.

Diante desse contexto, realizou-se uma pesquisa com os agricultores familiares sobre os custos de produção dos alimentos que comercializam nos mercados institucionais (PAA e PNAE) e na feira livre de Alegre-ES, visando à análise da viabilidade econômica dos seus sistemas de produção, inseridos nesses mercados, de maneira a contribuir no debate sobre os preços justos que deveriam ser pagos aos agricultores nos mercados institucionais.

Metodologia

A pesquisa foi conduzida no município de Alegre-ES, situado no Território da Cidadania do Caparaó Capixaba. Foram abordados (por meio de entrevistas) somente os agricultores familiares que estavam inseridos em pelo menos dois dos três mercados considerados (feira, PAA e PNAE), o que torna a pesquisa uma modalidade de censo. E foram incluídos 15 alimentos: abóbora, agrião, alface, almeirão, banana prata, cebolinha, chuchu, couve, inhame, jiló, mandioca, palmito, quiabo, taioba e tomate.

Para efeito da análise de custo, foram considerados os custos operacionais (total e efetivo) de produção e comercialização, conforme proposto por Matsunaga et al. (1976). Para o custo operacional total, são contabilizados quase todos os custos fixos, englobando os gastos com trabalho permanente (incluindo a familiar), depreciação e impostos, bem como os custos variáveis, englobando os gastos com aquisição do capital circulante, manutenção/conservação do capital estável e trabalho temporário. Já no cálculo do custo operacional efetivo, somente são considerados os recursos produtivos que exigem desembolsos por parte do produtor para sua utilização (custos diretos), o que exclui o valor da força de trabalho familiar.

Quando havia mais de um produtor envolvido com o mesmo alimento, foi computado o valor médio de cada item de custo informado da produção respectiva.

Os indicadores de rentabilidade considerados foram a renda líquida operacional e o índice

benefício/custo operacional. A renda líquida corresponde à diferença entre a receita bruta e o custo operacional. O índice benefício/custo é obtido dividindo-se a receita bruta pelo custo operacional. Consideram-se os preços médios² recebidos pelos agricultores familiares nos três mercados referidos, ao longo do ano de 2013 e corrigidos pelo IGP-DI (para dez./2013), configurando, assim, três cenários econômicos.

Resultados

As rendas líquidas operacionais obtidas nos mercados de alimentos considerados (PAA, PNAE e feira) constam na Tabela 1.

Tabela 1 – Rendas líquidas operacionais dos agricultores familiares, diante dos diferentes mercados de alimentos de Alegre-ES, 2013

Alimento	RLOT (R\$/kg)			RLOE (R\$/kg)		
	PAA	PNAE	Feira	PAA	PNAE	Feira
Abóbora	-1,17	-0,69	-0,67	1,00	1,48	1,50
Agrião	-0,24	1,04	1,01	1,96	3,24	3,21
Alface	0,92	1,02	1,24	1,46	1,56	1,78
Almeirão	-3,06	-1,70	-2,15	0,37	1,73	1,28
Banana prata	0,26	0,76	0,62	1,21	1,71	1,57
Cebolinha	1,05	4,97	4,97	2,38	6,30	6,30
Chuchu	-0,05	0,14	0,28	0,55	0,74	0,88
Couve	1,23	1,75	1,70	1,78	2,30	2,25
Inhame	-0,44	1,20	1,00	1,74	3,38	3,18
Jiló	-0,23	0,60	0,28	0,91	1,74	1,42
Mandioca	0,00	0,95	0,66	0,85	1,80	1,51
Palmito/cab.	-0,42			0,56		
Palmito/ben.		2,93	2,93		7,95	7,95
Quiabo	-0,54	1,18	0,76	1,82	3,54	3,12
Taioba	0,22	-0,53	-0,51	3,17	2,42	2,44
Tomate	0,48	1,22	0,71	1,20	1,94	1,43

RLOT - Renda Líquida Operacional Total.

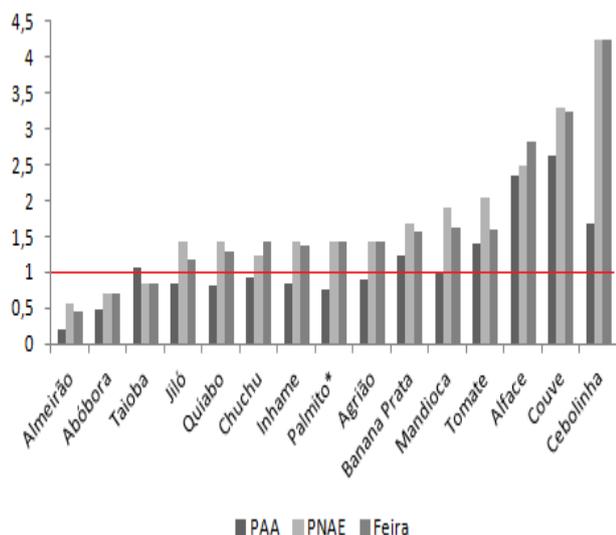
RLOE - Renda Líquida Operacional Efetiva.

Fonte: Dados da pesquisa.

crianças desamparadas). O PNAE, que foi reformulado pela Lei nº 11.947/2009, estabelece que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (aos estados e municípios) deverão ser utilizados na aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares, para atender à alimentação escolar nas escolas públicas de educação básica.

²Os preços praticados no PAA refletem o mercado atacadista da CEASA (Grande Vitória), sendo a média dos últimos 12 meses antecedentes ao início do contrato. Já os preços no PNAE refletem o mercado varejista, sendo a média dos preços de três mercados locais, inclusive a feira livre.

A seguir, na Figura 1, encontram-se expostos os índices benefício/custo operacional total (IBCs) para cada mercado de alimentos considerado.



*Refere-se ao palmito em cabeça, no caso do PAA, e ao palmito beneficiado, no PNAE e na feira.

Figura 1 – Índices benefício/custo operacional total, diante dos diferentes mercados de alimentos de Alegre-ES, 2013.

Fonte: Dados da pesquisa.

Discussão

Analisando os dados da Tabela 1, pode-se constatar que alface, banana prata, cebolinha, couve e tomate foram os únicos os alimentos que apresentaram situação positiva, em termos de renda líquida operacional total (RLOT), nos três mercados pesquisados, sendo que a cebolinha ficou num nível superior. E a inserção do agricultor familiar no mercado do PNAE foi, na maioria das vezes, a mais vantajosa. O contrário acontece com o PAA que se coloca como o mercado menos favorável.

Em contrapartida, abóbora e almeirão são alimentos que necessitam de grande atenção no momento da comercialização, visto que em todos os mercados pesquisados apresentaram RLOT negativa, tornando inviável a comercialização. Enquanto a comercialização da taioba somente é viável no PAA, no caso dos alimentos agrião, chuchu, inhame, jiló, palmito (em cabeça) e quiabo, nota-se, contrariamente, que a comercialização dos mesmos é inviável somente no PAA.

Por outro lado, todos os 15 alimentos apresentaram renda líquida operacional efetiva

(RLOE) positiva, o que significa que os preços recebidos nos três mercados cobrem os gastos com insumos e serviços contratados, mas não cobrem a depreciação. E vão remunerar a força de trabalho familiar, não contabilizada no custo efetivo, de acordo com o valor da renda efetiva obtida.

Na Figura 1, observa-se que alface, cebolinha e couve foram os alimentos que alcançaram os maiores IBCs nos três mercados, sendo que a cebolinha chegou ao valor máximo de 4,25, no PNAE e na feira, o que significa que cada R\$1,00 investido na produção de cebolinha gerou um retorno de R\$4,25, ao ser vendida em tais mercados. No extremo oposto estão abóbora e almeirão, que apresentaram IBCs sempre inferiores a uma unidade, indicando que a comercialização dos mesmos é inviável nos três mercados enfocados. Essa situação de inviabilidade econômica (IBC < 1,00) foi mais comum no PAA, envolvendo oito dos quinze dos alimentos.

Entre os estudos semelhantes já realizados, vale citar o de Souza e Garcia (2013), na região de Domingos Martins-ES. Eles analisaram a abóbora, o quiabo e o tomate, obtendo os custos unitários de R\$0,72/kg, R\$1,48/kg e R\$0,79/kg, respectivamente, produzidos em sistema convencional, e os custos de R\$0,60/kg, R\$1,86/kg e R\$1,11/kg, em sistema orgânico. Nota-se que quase todos esses valores³ são bem inferiores aos obtidos em Alegre-ES, que foram os seguintes: R\$2,22/kg, R\$2,67/kg e R\$1,19/kg, respectivamente. Nos casos da abóbora e do tomate isso se deve às produtividades muito maiores obtidas em Domingos Martins, apesar dos autores não terem contabilizado a depreciação. Quanto ao quiabo, a justificativa seria o maior gasto com a força de trabalho em Alegre.

Também cabe ponderar que a origem dos dados de Domingos Martins é diferente, pois se refere a condições experimentais (sistema orgânico) ou a coeficientes técnicos médios (sistema convencional), indicados por órgãos ligados à Secretaria Estadual de Agricultura. Em Alegre, os dados refletem a realidade produtiva local, obtidos por meio de entrevistas com os agricultores familiares.

³Também corrigidos pelo IGP-DI para dez./2013.



Conclusão

O estudo permitiu constatar que alface, banana prata, cebolinha, couve e tomate foram os únicos alimentos que apresentaram renda líquida operacional total positiva nos três mercados pesquisados, sendo que os maiores índices benefício/custo operacional total foram alcançados pela cebolinha, no PNAE, e pela couve, no PAA. No extremo oposto ficaram a abóbora e o almeirão, cuja renda foi sempre negativa nesses mercados, apresentando índices benefício/custo inferiores a uma unidade.

Por outro lado, todos os 15 alimentos estudados apresentaram renda líquida operacional efetiva positiva, nos três mercados, visto que os preços recebidos cobrem os gastos com insumos e serviços contratados. Porém, não cobrem a depreciação e podem não estar remunerando toda a força de trabalho familiar.

A inserção dos agricultores familiares no PNAE foi, na maioria das vezes, a mais vantajosa, ao contrário do PAA. Por isso, é contraditório dizer que o PAA esteja executando modalidades de “compra direta” da agricultura familiar, na medida em que estabelece o mercado atacadista como base de preço, o que rebaixa o preço a ser pago, na maior parte dos casos.

Os agricultores familiares entrevistados relataram que, além dos preços desfavoráveis, vêm enfrentando outro enorme obstáculo na comercialização pelo PAA. Refere-se ao descompasso entre o ritmo dos trâmites burocráticos, no âmbito da CONAB, e o ritmo dos ciclos biológico-produtivos das plantas e dos animais. O processo que vai da apresentação da proposta (da associação rural) até a liberação dos recursos financeiros, autorizando a entrega dos alimentos às entidades assistenciais, é muito demorado. Enquanto isso, as frutas e verduras vão passando do ponto de colheita, se perdendo no campo, e os animais vão passando do ponto de abate. Assim, esse programa vem perdendo credibilidade perante os agricultores. Descompasso semelhante ocorreu com o PNAE municipal, no ano de 2013.

As planilhas referenciais de custo, elaboradas com base nos 15 sistemas produtivos adotados na região de Alegre, serão disponibilizadas em um blog na internet e poderão auxiliar o agricultor familiar no controle permanente dos custos, permitindo escolher os alimentos e os mercados mais rentáveis. Inclusive, poderão ser aplicadas em outras regiões mediante as devidas adaptações às suas especificidades.

Espera-se que este estudo possa dar visibilidade, aos agricultores familiares, da importância do controle contábil e que também seja útil na negociação dos preços justos para os alimentos comercializados nos mercados institucionais (PAA e PNAE), os quais, mesmo com os problemas verificados, estão contribuindo para proporcionar segurança alimentar e nutricional da população beneficiada e, ao mesmo tempo, estão ampliando as possibilidades de comercialização para a agricultura familiar.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, pelo apoio financeiro ao projeto ao qual se vincula a pesquisa, e à Pró-Reitoria de Extensão da UFES, pela concessão de uma bolsa de extensão.

Referências

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI; M. E.; MARQUES V. P. M. de A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.25, n.1, p.299-322, abr. 2004.

MATSUNAGA, M. et al. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.23, t.1, p.123-39, 1976.

SOUZA, J. L. de; GARCIA, R. D. C. Custos e rentabilidades na produção de hortaliças orgânicas e convencionais no estado do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa-MG, v.3, n.1, p.11-24, jul. 2013. Disponível em: <http://www.rbas.com.br/pdf/revista_5_artigo_108.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.